

ESBOÇO PARA UMA TEORIA ENUNCIATIVA EM FOUCAULT

Bruno Deusdará (CEFET)
(brunodeusdara@yahoo.com.br)

RESUMO

Neste artigo, discutimos as contribuições de Michel Foucault a uma abordagem enunciativa dos estudos da linguagem. Inicialmente, buscamos recuperar a trajetória do termo *enunciação* no âmbito da Lingüística. Em seguida, analisamos alguns dos questionamentos propostos pelo referido autor, ao propor que os enunciados sejam compreendidos como acontecimentos singulares. Por fim, procuramos destacar de que modo tais reflexões podem apontar para problemas atuais como o de uma concepção de sujeito e de linguagem.

Palavras-chave: Enunciação; Análise do Discurso; Michel Foucault.

INTRODUÇÃO

Neste texto, pretendemos pôr em análise alguns dos referenciais de uma abordagem enunciativa. No percurso que ora oferecemos ao leitor vamos propor um diálogo com um autor que não figura nos manuais de Lingüística como um dos fundadores de tal abordagem. Trata-se de Michel Foucault. Quando dizemos que optamos por um autor que não figura entre os fundadores reconhecidos de uma dada abordagem não estaríamos, com isso, tentando atribuir a ele uma paternidade até aqui desconhecida. Não buscaremos, portanto, influências suas em seus contemporâneos.

Ao contrário, o que nos interessa no referido autor é exatamente uma trajetória indisciplinar de suas reflexões. Ou seja, parece-nos que uma das principais contribuições de M. Foucault tenha apontado para a necessidade de manter em suspenso as fronteiras disciplinares que se mostram tão evidentes, assim como a produção de um sujeito de conhecimento “desimplicado” com as circunstâncias de emergência dos saberes.

A essa altura, alguém poderia perguntar-se por que convocar um pensador a responder questões que não eram exatamente as suas, a discutir conceitos fundamentais de uma disciplina, quando seu projeto fora justamente o de demolir hierarquias entre os saberes e demolir estratégias instituídas de exercício de poder. Talvez houvesse nessa pergunta um desconforto que nos impedisse de seguir com o próprio projeto deste texto. Mas, insistimos, um pouco, talvez, inspirados na citação de G. Deleuze a seguir:

Quando as pessoas seguem Foucault, quando têm paixão por ele, é porque têm algo a fazer com ele, em seu próprio trabalho, na sua existência autônoma. Não é apenas uma questão de compreensão ou de acordo intelectuais, mas de intensidade, de ressonância, de acorde musical. Afinal, as belas aulas se parecem mais a um concerto que a um sermão, é um solo que os outros 'acompanham' (Deleuze, 2006, p. 108)

TRAJETÓRIA DA ENUNCIÇÃO NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Neste item, pretendemos sistematizar as trajetórias do termo *enunciação* no âmbito dos estudos da linguagem. Nossa intenção é oferecer ao leitor indicações de algumas das questões às quais se pretende responder com o referido termo, bem como explicitar alguns autores que estiveram às voltas com o desafio de uma orientação enunciativa na Lingüística.

O termo *enunciação*, em lingüística, não remete a um conceito unívoco. Sua trajetória, no âmbito dos estudos da linguagem, é segmentada, evidenciando certas rupturas ora apontando para matizes diferenciados no tratamento dos fenômenos lingüísticos, ora chegando mesmo a caracterizar pontos de vista distintos. Assim sendo, quando procuramos retomar as trajetórias do referido termo, estamos tentando dar visibilidade exatamente a algumas dessas distinções.

Pautaremos o percurso do termo *enunciação* em duas obras publicadas recentemente, e que, não obstante a isso, vêm se tornando referenciais entre os analistas do discurso de base enunciativa. Estamos nos referindo ao *Dicionário de*

Análise do Discurso, de autoria de p. Charaudeau e D. Maingueneau, originalmente publicado em 2004 e traduzido para língua portuguesa no ano seguinte, em 2005, e a *Introdução à Lingüística da Enunciação*, de V. Flores e M. Teixeira, publicado no mesmo ano da tradução para língua portuguesa do *Dicionário*.

No que tange ao termo enunciação, tanto Charaudeau e Maingueneau (2005), quanto Flores e Teixeira (2005) atribuem a Charles Bally a introdução mais sistemática desse conceito na terminologia lingüística. Ressalte-se, ainda, que é também consenso entre as obras citadas afirmar que é com Benveniste que um ponto de vista sobre a enunciação parece tomar corpo na lingüística.

Ressaltando que originalmente as questões relativas à enunciação estariam vinculadas a análises dos fatos de língua, Charaudeau e Maingueneau afirmam que:

A reflexão sobre a enunciação pôs em evidência a dimensão reflexiva da atividade lingüística: o enunciado só faz referência ao mundo na medida em que reflete o ato de enunciação que o sustenta (Charaudeau e Maingueneau, 2005, p. 193)

Destacam ainda o valor ilocutório do enunciado que residiria exatamente no fato de ele “mostrar” as pessoas e o tempo nele inscritos através de sua ancoragem na situação de enunciação. A partir desse problema mais geral a que se procuraria responder com uma perspectiva enunciativa, os referidos autores vão propondo distinções na definição de *enunciação*.

Em primeiro lugar, observam a enunciação variando entre uma concepção lingüística e outra discursiva. De um ponto de vista estritamente lingüístico, a enunciação é concebida como “*o conjunto de atos que o sujeito falante efetua para construir, no enunciado, um conjunto de representações comunicáveis*” (Relpred, *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2005, p. 194). Já em termos discursivos, a enunciação é compreendida como acontecimento que se ancora num dado contexto, articula intrinsecamente práticas de linguagem e produção do social.

Nesses termos, o que interessa não são as operações de um sujeito falante em um ato individual de realização da linguagem, mas as possibilidades de emergência histórica de certas práticas de linguagem associadas a produções sociais e suas múltiplas formas de apreensão. Assim, de um ponto de vista discursivo, estudam-se não os modos de que um sujeito da enunciação se utiliza para se propor na linguagem, mas os modos de inscrição histórico-social das práticas de linguagem.

Em seguida, no mesmo verbete, Maingueneau e Charaudeau distinguem uma versão *restrita* e outra *ampla* de enunciação, fazendo referência a Kerbrat-Orecchioni (1980). Tal distinção implica perceber, de um lado, certos estudos que se pautam pelas marcas do sujeito da enunciação no enunciado (pronomes, desinências verbais, certos advérbios, etc), que comporiam a versão *restrita* dos estudos enunciativos e, de outro, na versão *ampla*, os diferentes modos de inscrição do contexto no enunciado. Para os autores citados, essa distinção atravessa uma outra, aquela que oporia uma versão *fraca* a uma *forte* da enunciação. Incluem-se na versão dita *fraca* os estudos atribuídos a uma lingüística dos fenômenos de enunciação, ou seja, a preocupação que se restringe ao emprego de certas marcas que remeteriam à situação. Já entre os estudos que comporiam uma versão *forte* da enunciação estariam aqueles que partilhariam da idéia de que

Uma concepção enunciativa da linguagem consiste em sustentar que é na enunciação – e não em realidades abstratas pré-construídas como a língua ou a proposição – que se constituem essencialmente as determinações da linguagem humana (Relpred **In**: Charaudeau e Maingueneau, 2005, p. 194).

A partir desse panorama acerca dos estudos enunciativos inspirados no *Dicionário de Análise do Discurso*, pretendemos explicitar, a seguir, certos fundamentos da teoria enunciativa proposta pela Análise do Discurso. Iniciaremos com as contribuições de Foucault essencialmente considerando suas propostas na Arqueologia do Saber (2004).

FOUCAULT-INTERCESSOR E A ABERTURA DE POSSÍVEIS NO CAMPO DOS ESTUDOS ENUNCIATIVOS

Neste item, ao procurar tratar Foucault como um intercessor para a abertura de possíveis no campo dos estudos enunciativos, estamos fazendo referência a Deleuze:

O que é preciso ver é que as interferências entre linhas não dependem da vigilância ou da reflexão mútua. Uma disciplina que se desse por missão seguir um movimento criador vindo de outro lugar abandonaria ela mesma todo papel criador. (...) O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisa, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores (Deleuze, 2006, p. 156)

A partir dessa idéia de intercessores, pretendemos recuperar algumas das noções-chave utilizadas por Foucault para refletir acerca da relação entre visibilidades e enunciabilidades.

Encontramos nas reflexões do referido autor destaque para noções como as de discurso, prática discursiva, enunciado, formação discursiva, etc. Ressaltamos que, em sua maioria, essas noções se definem de modo distinto em relação ao uso que delas tem feito a AD, em especial uma abordagem enunciativa dos estudos do discurso¹. Desse modo, destacamos que debater as contribuições de Foucault para uma abordagem enunciativa nos estudos da linguagem não se restringe a propor “aplicações” dos referidos conceitos, o que, a nosso ver, poderia redundar numa simplificação de suas formulações.

A riqueza dessas formulações reside nas polêmicas

¹ A respeito de uma abordagem enunciativa da Análise do Discurso, remetemos o leitor a Mainqueneau (2006; 2005; 2001; 1997), a Rocha (2006a; 2006b; 2006c) e também à coletânea organizada por Sant'Anna e Deusdará (2007).

que elas instauram, nas tentativas de dar resposta a certas insuficiências às quais pretenderiam responder. É na potência de seu projeto de análise que nos inspiramos.

Nesse quadro, destaca-se a *Arqueologia do Saber*, livro em que Foucault responde aos críticos de suas obras anteriores, procurando acertar eventuais “problemas”. É nesse esforço, por exemplo, que se situa a substituição do conceito de *episteme* por práticas discursivas. Tal substituição parece ser evidência não só da tentativa de afastar-se de possíveis influências estruturalistas, mas também de uma busca por coerência em todo o projeto.

Não é só com seus críticos que Foucault dialoga nesse livro, é também com teóricos de outras disciplinas. O método arqueológico proposto oferece-se como resposta à insuficiência apontada na História das Idéias.

A respeito do termo “arqueologia”, Revel (2005) sublinha sua ocorrência em três obras de Foucault: *Nascimento da clínica: uma arqueologia do olhar médico*, de 1963; *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, de 1966; *Arqueologia do Saber*, de 1969. Essa tripla ocorrência permitiria observar o percurso metodológico de Foucault até o final dos anos 70. Trata-se, assim, de constituir um conjunto de observações e problemas que viabilizem refletir sobre as possibilidades de emergências de certos objetos de saber, conceitos, etc. Com isso, Foucault pretendia ultrapassar uma descrição histórica muito à moda da história das idéias, que privilegiava a continuidade linear e a evolução do pensamento como modelos de história.

Revel delimita esse percurso que se estende até a década de 70 da seguinte maneira:

Ao invés de estudar a história das idéias em sua evolução, ele [Foucault] se concentra sobre recortes históricos precisos – em particular, a idade clássica e o início do século XIX –, a fim de descrever não somente a maneira pela qual os diferentes saberes locais se determinam a partir da constituição de novos objetos que emergiram num certo momento, mas como eles se relacionam entre si e desenham de maneira horizontal uma configuração epistêmica coerente. (Revel, 2005, p. 16).

Pautando-se no percurso acima descrito em que se insere a *Arqueologia do Saber*, tem-se a dimensão das questões a que Foucault pretende responder. De acordo com o próprio autor, a afirmação desse percurso passa por um trabalho inicial de cunho negativo, qual seja, o de determinar certas insuficiências teóricas presentes em conceitos como os de tradição, influência, desenvolvimento, evolução, espírito, mentalidade. Tais noções refletiriam uma concepção de história como continuidade, em cuja sucessão linear os acontecimentos se inseririam, por uma ordem causal. Assim, acontecimentos dispersos se arrumariam numa cadeia de movimento lento, que, pouco a pouco, vão constituindo uma linha de comunicação e transmissão entre eles. Desse modo se definiriam grandes recortes históricos, cada um desses períodos constituiria o espírito de uma época, uma mentalidade própria ao recorte histórico dado. As mudanças de um período a outro refletiriam não uma ruptura, mas um acúmulo de idéias e ações.

Esse trabalho inicial de cunho negativo descrito pelo autor a que nos referimos acima seria necessário na condução de um projeto que considere as práticas de linguagem pelo viés do “acontecimento”.

Devemos perguntar-nos para que, finalmente, pode servir essa atitude de manter em suspenso todas as unidades admitidas, se se trata, em suma, de reencontrar as unidades que fingimos questionar no início. Na verdade, a suspensão sistemática das unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim, com que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível – e muito frequentemente minúscula – emergência (Foucault, 2004, p. 31)

Caberia questionar de que modo tal projeto ofereceria contribuições à constituição de teorias enunciativas. Para responder a tal questionamento, é preciso perceber o que está em jogo no tal trabalho negativo que seria necessário, bem como observar o lugar atribuído a certos conceitos na proposta do método arqueológico.

Em um texto de 1968, intitulado *Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia*², Foucault sintetiza a relação entre o que deveria ser posto em suspenso e o lugar atribuído ao conceito de enunciado em seu método arqueológico:

De fato, o sistemático apagamento das unidades previamente dadas permite, de início, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento: ele não é mais considerado simplesmente como a colocação em jogo de uma estrutura lingüística, nem como a manifestação episódica de uma significação mais profunda do que ele; ele é tratado em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que o constitui, essa irreduzível – e bem freqüentemente minúscula – emergência. (Foucault, 2005, p. 93)

As unidades previamente dadas a que Foucault se refere são o livro e a obra. Seria preciso, segundo ele, desnaturalizar, pôr em suspenso tais unidades, na medida em que, entre outros aspectos, seria indesejável pensar no livro como um todo acabado, unidade delimitável por si mesma. É a autonomia que um livro manteria na relação com outros livros que Foucault pretende atacar. Com efeito, o que estaria em jogo nessa discussão é a ilusão de homogeneidade supostamente garantida por uma coerência interna do livro frente aos outros livros.

Em que se assentaria essa ilusão de homogeneidade interna do livro ou da obra senão na existência de um autor? Eis, portanto, outro aspecto do qual a arqueologia deveria afastar-se: a relação habitualmente proposta entre livro ou obra e autor. Do ponto de vista até então recorrente, o livro ou a obra figurariam como resultado de um projeto intencional de seu autor, isto é, os sentidos produzidos a partir de um livro ou uma obra seriam estabilizados por seu autor no momento mesmo de sua concepção.

² Originalmente publicado nos *Cahiers pour l'analyse*, nº 9: *Généalogie des sciences*, verão de 1968, encontra-se em Foucault, M. (2005). *Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Para manter-se distante de tais aspectos em sua definição de enunciado, Foucault o distingue da frase e da proposição. É a essa distinção que faz menção ao negar como característica do enunciado a estrutura lingüística e a manifestação da significação profunda. O referido autor vinculará o enunciado ao contexto, tratando-o em termos de emergência histórica.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles 'fazem sentido' ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (Foucault, 2004b, p. 98)

No trecho acima aparecem duas outras idéias que estarão indissociavelmente vinculadas à definição de enunciado, a de função e a de regra. De acordo com a arqueologia, a estrutura definiria a frase como unidade de realização da língua, pertencente à ordem do repetível, das virtualidades. Já o enunciado é da ordem do irrepetível. Se a frase define-se em termos de realização de unidades virtuais da língua, o enunciado é marcado não por pré-condições estruturais, mas pela materialidade de certas condições históricas de emergência. Assim, ele não representa outra coisa, está em seu próprio lugar.

Esse valor [dos enunciados em relação à formação discursiva] não é definido por sua verdade, não é avaliado pela presença de um conteúdo secreto; mas caracteriza o lugar deles, sua capacidade de circulação e de troca, sua possibilidade de transformação, não apenas na economia dos discursos, mas na administração, em geral, dos recursos raros (Foucault, 2004b, p. 136)

Não serão, portanto, condições externas como verdades que ele se proporia a representar, ou mesmo significações profundas que ele esconderia que definirão seu lugar. A função enunciativa delimita-se pela emergência de campos de possibilidades, de regularidades da circulação da troca de enunciados. O próprio sujeito configura-se em uma

função enunciativa, conseqüentemente destrona-se o indivíduo como fonte produtora de enunciados. Evidentemente isso não significa ignorar a existência de uma realidade empírica de produção da linguagem. No entanto, o que se opera é a constituição de uma ordem própria dos discursos, que goza de certa autonomia frente ao empírico. Essa autonomia marca-se, ao menos, na tentativa de romper com certos modelos que vislumbram uma relação causal entre a ordem dos discursos e a empiria³. Essa parece constituir-se em uma das principais preocupações de Foucault na definição de seu método, ao longo de toda a Arqueologia.

(...) descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. (Foucault, 2004b, p. 141)

Certamente, nossa preocupação manifestada aqui não é a de perceber detalhamentos da proposta arqueológica. Como já anunciamos, nosso intuito é o de extrair dos contrapontos, das observações, das ressalvas elementos que forneçam as bases de uma teoria enunciativa. Com isso, estamos querendo definir a abordagem enunciativa de que pretendemos lançar mão não como resultado de um acúmulo de saberes a respeito da enunciação elaborados em seqüência linear. Sabemos que a configuração de um quadro teórico da AD de base enunciativa pauta-se não em um percurso, mas em múltiplas iniciativas, em certos gestos de ruptura com modelos de análise e interpretação dominantes. Entre esses gestos de ruptura, encontra-se o método arqueológico de Foucault.

É possível compreender nos trechos acima transcritos não apenas uma preocupação metodológica, mas, sobretudo a

³ Empiria é o conjunto de dados ou acontecimentos conhecidos através da experiência, por intermédio das faculdades sensitivas, e não por meio de qualquer necessidade lógica ou racional. (Nota do editor)

insatisfação com certas concepções de linguagem. Com efeito, é essa insatisfação que nos interessa, uma vez que é ela que fundamenta certos modelos de teorias enunciativas que não se restringem ao estudo de fenômenos de enunciação, mantendo a linguagem, em grande medida, vinculada a um domínio de virtualidades. A partir da definição de campos de regularidade de emergência histórica dos enunciados, Foucault organiza um espaço de análise em que o lingüístico e o histórico são indissociáveis.

É outra concepção de linguagem e do trabalho com ela que está em jogo, que se distancia das análises formais, por não considerar o enunciado como proposição, nem como unidade gramatical. O enunciado, portanto, não se define como totalidade fechada em si mesma, mas como uma figura lacunar e retalhada. A raridade é sua condição. Não possui identidade própria que o defina em termos de estruturas, mas proximidades, positivities que se marcam na relação com outros enunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se buscamos, com a leitura que fazemos dos textos de Foucault a respeito de concepções que tangenciam o trabalho do lingüista, não conceitos prontos a serem aplicados, mas um campo retalhado, segmentado, que se propõem a pôr em suspenso unidades que até então mostram-se tão evidentes, é porque, parece-nos, a potência de seu pensamento reside exatamente numa operação de descontinuidades.

Ao suspender as unidades mais evidentes como o livro ou obra, Foucault vai compondo um território intensivo de questionamentos que vão desferir golpes contra um conjunto de outras noções. Através das dúvidas que vai compartilhando com seu leitor, o autor acaba por conduzir ao descentramento do sujeito, atualmente quase um lugar comum. Trata-se de um estilhaçamento que se propõe de tal forma que não permite sua recomposição através de seus fragmentos. O próprio sujeito é, ele também, uma função enunciativa. Desse modo,

considera-se que o sujeito não poderia preexistir aos usos da linguagem, seja como origem da intencionalidade que dirigiria as manobras sobre o auditório, seja como indivíduo dotado de uma capacidade para o uso. O sujeito é, em Foucault, compreendido como correlato das práticas.

Diríamos ainda, por fim, que a concepção de linguagem que subjaz ao método arqueológico compreende o enunciado como estando em seu próprio lugar, materialidade que irrompe historicamente. O enunciado não está no lugar de outro, nem é mesmo a superfície que encobre uma significação profunda. O lugar do enunciado não é o de outra coisa que ele viria calar, mas o de campos de emergência, de dispersão.

Fiquemos provisoriamente com uma das definições propostas pela *Arqueologia*:

...ele [o enunciado] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2004b, p. 98)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Rio de Janeiro: Contexto, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2006.

———. *Foucault*. Trad. de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

———. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. de Roberto Machado e Eduardo Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 2005a.

———. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

———. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

———. *Em defesa da sociedade*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

———. *Microfísica do poder*. Trad. e org. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Pêcheux e Foucault na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

———. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

———. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Cecília p. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

———. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de Freda Indursky. Campinas: Pontes, Unicamp, 1997.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. **In:** MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA, Décio. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. **In:** *Gragoatá (UFF)*, 2006a, v. 21, p. 355-372.

———. O que queremos dizer quando sustentamos a circulação dos sentidos? **In:** *Cadernos de Estudos Lingüísticos (UNICAMP)*, 2006b, v. 48-2, p. 195-210.

———; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. **In:** *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo, 2006c, v. 22, n. 1, p. 29-52.

SANT'ANNA, Vera; DEUSDARÁ, Bruno (orgs).
Trajétoérias em enunçiação e discurso: conceitos e prátiças.
São Carlos: Claraluz, 2007.